

**RR 421/2005-013-05-00 – 3ª Turma – Publicado no DJe em 13.02.2009**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.**

**LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DIREITO DE ARENA.** 1. O Ministério Público do Trabalho detém legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos, nos exatos limites dos arts. 127 e 129, III e IX, da Constituição Federal, 6º, VII, alíneas a e d e 84 da Lei Complementar nº 75/93. Precedentes. **2. O direito de arena não está limitado a atletas profissionais determinados, mas beneficia, de modo uniforme, aqueles que, detendo relação com clubes de futebol, tenham participado ou venham a participar de partidas futuras.** Trata-se de direito individual homogêneo passível de defesa pelo *Parquet*. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 9890200-24.2004.5.09.0009 - Publicação: DEJT 06.05.2011**

**INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA.** Tratando-se de pedido relativo a direitos decorrentes da relação de emprego ou da relação de trabalho, é da Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar o feito.

**FUTEBOL. ATLETA PROFISSIONAL. DIREITO DE ARENA. NATUREZA JURÍDICA. LEI PELÉ.** Nos termos do art. 42, § 1º, da Lei 9.615/1998 (Lei Pelé), pertence à entidade desportiva empregadora o direito de autorizar a transmissão de imagem de eventos desportivos, de cuja arrecadação é destinado 20% (vinte por cento) para ser distribuído entre os atletas que participarem dos eventos. Assim, a parcela recebida pelo atleta a esse título decorre da relação de emprego e em razão do exercício de sua atividade profissional, por essas razões tem natureza salarial.

**DIREITO DE ARENA. PERCENTUAL. REDUÇÃO. POSSIBILIDADE.** A matéria é interpretativa, o que exige do recorrente demonstração de dissenso jurisprudencial, mediante apresentação de arestos, o que não ocorreu. Recurso de Revista de que não se conhece.